

Mais um ano de violência no sistema prisional

Dos mais de 700 mil presos, 36% não foram julgados e menos de um em cada cinco trabalham

Thandara Santos

19 de dezembro de 2019

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em Manaus: 55 presos assassinados em 48 horas

Analisar a conjuntura do sistema prisional brasileiro em 2019 demanda que recobremos na memória as notícias que datam de 2017. Naquele ano, o noticiário especializado nos temas de segurança pública e justiça foi povoado pelos massacres que aconteceram em unidade prisionais dos estados do Amazonas, Roraima e Rio Grande do Norte. Ao todo, foram registradas mais de 100 mortes nos sistemas prisionais dos três estados ainda nas primeiras semanas do ano. Logo os motins se espalharam, desencadeando uma onda de mortes que atingiram outros estados do país.

Em maio de 2019, o Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em Manaus – a mesma unidade que havia sido palco de um massacre com 56 mortos nos primeiros dias de 2017 – registra 55 presos assassinados em um período de 48 horas. Pouco mais de dois meses depois, em julho de 2019, é a vez do Centro de Recuperação Regional de Altamira, no Pará, registrar a morte de outros 57 presos. A dinâmica das mortes ocorridas no sistema prisional em 2017 e 2019 permite que tracemos um fio condutor entre os episódios e apontemos elementos comuns que atravessam os diferentes territórios.

O primeiro elemento a ser mobilizado na análise desta conjuntura é o das condições de encarceramento no Brasil. Segundo os dados mais recentes do Monitor da Violência, referentes a 2019, existem 704.395 presos no país e apenas 415.960 vagas registradas em unidades prisionais. Pelo menos 36% desses presos estão encarcerados sem terem sido julgados e menos de um em cada cinco presos trabalham. A publicação oficial do Ministério da Justiça sobre o sistema prisional consolidou, em diferentes edições, a compreensão sobre o perfil das pessoas presas no Brasil: jovens, em sua maioria negros, e com baixa escolaridade. Dados do Ministério da Justiça, não atualizados desde 2017, dão conta de que ao menos um terço da população prisional condenada cumpre pena por crimes ligados à Lei de Drogas. Entre as mulheres, o percentual é ainda maior.

Aponta-se, assim, para o segundo elemento que nos ajuda a compreender os eventos que marcaram o sistema prisional em 2019: o tráfico de drogas e a disputa por rotas de tráfico. No epicentro da disputa entre as facções criminosas em 2019 estão as rotas de escoamento da produção de cocaína para a Europa, especialmente, as rotas do Rio Amazonas e Rio Solimões. Após o massacre ocorrido em Altamira, em julho deste ano, as investigações apontaram que os responsáveis pelas mortes foram integrantes da facção Comando Classe A, aliada ao Primeiro Comando da Capital (PCC) no Pará, com o intuito de conter o avanço do Comando Vermelho pela região Norte do país.

O terceiro elemento que nos ajuda a compreender este cenário está nas respostas oferecidas pelos estados e pela União aos episódios de massacres nos presídios em 2019. Incapazes de empregar técnicas investigativas e aparato de inteligência para identificar previamente os focos de tensão nos presídios, as respostas oferecidas por secretários estaduais e pelos representantes da União repetiram a fórmula de 2017: a partir do Governo Federal, aponta-se para o emprego de forças nacionais no entorno dos presídios e são oferecidas vagas para transferência de presos ao Sistema Penitenciário Federal; a partir dos estados, são prometidas novas unidades prisionais e novas vagas para melhorar as condições de encarceramento. Imprescindíveis para a garantia de melhores condições de sobrevivência dentro dos presídios brasileiros, as novas vagas não têm sido produzidas com a mesma velocidade demandada pelo fluxo de encarceramento.

As respostas oferecidas em 2019 repetem a velha receita que desconhece as conexões entre o trabalho policial, o aparato da justiça e as prisões no Brasil. Foco no policiamento ostensivo nas ruas e deterioração da capacidade investigativa das polícias civis promovem um cenário em que aumenta o número de pessoas presas em flagrante por crimes ligados ao patrimônio e ao tráfico de drogas. Por outro lado, o sistema de justiça responde com emprego de grandes recursos na manutenção de prisões em flagrante e inchaço do sistema prisional, em uma lógica tão ineficiente do ponto de vista das finanças públicas quanto cega para as condições de encarceramento nas prisões brasileiras.

Temos, ao final do ano de 2019, um enorme contingente populacional encarcerado e nenhuma novidade em termos de respostas públicas para o enfrentamento das dinâmicas que alimentam um sistema ineficiente, marcado pela violência e pelas violações de direitos, e que cada vez mais expande suas marcas para além dos muros das unidades prisionais. Sem novas respostas, 2020 será mais um ano de violência dentro e a partir do sistema prisional brasileiro.

Thandara Santos

Membro do Conselho do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

<https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/template-multiplas-vozes-t2mgr-o6zzn-kkdyr>

